



Um Ilustre Desconhecido: Notas sobre a Campanha para as Eleições Proporcionais na Televisão*

Afonso de Albuquerque

Fabro Boaz Steibel

Carolina Maria Zoccoli Carneiro**

Em toda campanha eleitoral a mesma trama se repete: centenas de candidatos – alguns relativamente famosos; a maioria, ilustres desconhecidos – se acotovelam no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) em busca de um lugar ao sol nas campanhas para as eleições proporcionais (para vereador, deputado estadual ou deputado federal). Diferentemente do que se passa com o uso do HGPE nas campanhas majoritárias (em especial para o cargo de presidente), porém, o uso da televisão nas campanhas proporcionais tem sido escassamente investigado. Qual é a lógica que preside a distribuição do tempo entre os candidatos? A que interesses ela atende? Que estratégias comunicativas são empregadas? Qual é o impacto efetivo dessas campanhas na decisão do voto?

Quase nada tem sido feito para responder a essas questões. Dentre o pouco que existe sobre o assunto, podemos destacar o artigo “Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais”, de Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1997). Ele defende que o HGPE se apresentaria como um fator de fortalecimento dos partidos políticos, uma vez que permitiria a eles constituir “listas partidárias informais”. Bem entendido, isto significa supor três coisas: 1) que os partidos distribuem desigualmente os recursos comunicativos do HGPE (tempo, principalmente) entre os candidatos; 2) que a propaganda política na televisão tem um impacto eleitoral significativo; 3) e que, por conseqüência, o HGPE permite aos partidos efetivamente favorecer a eleição de alguns candidatos em detrimento de outros.

Tal como os autores, acreditamos que o HGPE se constitui como um fator de fortalecimento dos partidos políticos, uma vez que faz todos os candidatos dependerem deles para obter acesso ao rádio e à televisão durante as campanhas eleitorais. A sugestão de que isso ocorreria por conta do impacto eleitoral do HGPE, contudo, nos parece duvidosa, ao menos quando aplicado ao caso das eleições proporcionais. Os autores a sustentam através de correlações estatísticas entre o total de votos recebidos pelos

* Trabalho apresentado no GT Mídia e Eleições do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

** Afonso de Albuquerque é Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Fabro Steibel é Mestre em Comunicação pela UFF e professor da Universidade Estácio de Sá. Carolina Maria Zoccoli Carneiro é mestranda em Comunicação na Universidade Federal Fluminense.

candidatos nas eleições de 1994 para deputado federal no estado do Rio de Janeiro e de 1996 para vereador no município do Rio de Janeiro e a quantidade de tempo de que eles dispuseram no HGPE. Todavia, a constatação de uma correlação positiva entre os dois fatores não basta para sustentar a interpretação dos autores. Eles significam necessariamente que os candidatos que tiveram mais tempo no HGPE conseguiram, em conseqüência, mais votos, ou, em uma leitura alternativa que candidatos que, se supunha, obteriam mais votos, foram capazes de conseguir dos partidos mais tempo no HGPE?

Para escapar ao dilema é preciso recorrer a outros dados, além daqueles apresentados pelos autores. Propomos, aqui, que a análise da distribuição espacial dos votos dos candidatos pode fornecer pistas importantes para lidar com a questão. Sustentamos que o HGPE só pode ser considerado como elemento significativo da explicação da votação de um candidato, nos casos em que esta se distribui de modo relativamente homogêneo pelo território no qual se realiza a eleição. Uma alta taxa de concentração dos votos em algumas regiões, em detrimento de outras constitui uma forte evidência de que outros fatores têm mais influência nos resultados eleitorais que o HGPE, e que este constitui um elemento menor para explicar a votação de um candidato.

Com base nisto, este artigo se propõe a analisar a hipótese de que o HGPE constitui uma oportunidade para os partidos constituírem “listas” informais entre seus candidatos tendo em vista dois aspectos: 1) a premissa da sua eficácia como instrumento de comunicação política no âmbito das eleições proporcionais, de tal modo que uma maior quantidade de tempo oferecido aos candidatos deveria resultar na conquista de mais votos por eles; 2) a análise das estratégias utilizadas pelos partidos, tendo em vista a distribuição do tempo no HGPE entre os candidatos. Interessa-nos, em particular, investigar se tal distribuição segue uma lógica fundamentalmente eleitoral (a maximização dos votos para o próprio partido, ou a hierarquização das chances de cada candidato de ganhar as eleições), ou se obedece a outro(s) princípio(s). Para tal, o artigo examina os dados relativos à eleição de 2004 para o cargo de vereador no município do Rio de Janeiro. Antes, contudo, devemos considerar algumas questões mais gerais, relativas ao relacionamento entre candidatos proporcionais e partidos políticos no Brasil, tendo em vista as características do sistema eleitoral brasileiro e do modelo de propaganda política na televisão vigente no país.

Partidos, Candidatos e Propaganda na Televisão

A análise do impacto eleitoral da propaganda política na televisão sobre as eleições proporcionais, e das estratégias utilizadas pelos partidos políticos com relação à divisão dos recursos para a propaganda política na televisão (tempo, principalmente) entre os candidatos apresenta desafios particularmente complexos no Brasil, dadas as características particulares do seu sistema partidário, do seu sistema eleitoral e do seu modelo de propaganda política na televisão. Trata-se, em especial, de considerar criticamente três argumentos bastante difundidos, que incidem sobre o nosso tema:

- 1) que o sistema partidário brasileiro é frágil, estruturado em torno de partidos pouco representativos e cuja identidade ideológica é pouco definida;
- 2) que as características do sistema eleitoral brasileiro conspiram contra a coesão dos partidos políticos, uma vez que fomentam a disputa intra-partidária entre os candidatos às eleições proporcionais;
- 3) que a crescente centralidade dos meios de comunicação eletrônicos (e, de modo particular, a televisão) tem favorecido um novo estilo de se fazer política, bastante centrado na personalidade dos políticos individuais, em detrimento dos partidos políticos.

A Fragilidade dos Partidos Políticos Brasileiros

É bastante difundido, tanto no meio acadêmico quanto entre o público leigo, o argumento de que o Brasil apresenta um sistema partidário frágil, estruturado em torno de partidos insuficientemente coesos, indisciplinados, ideologicamente inconsistentes e pouco representativos em relação aos interesses da sociedade. Não cabe, dentro da proposta deste artigo, avaliar este argumento em detalhe, mas sublinhar algumas formas pelas quais eles afetam o nosso objeto de investigação. Em especial, cabe destacar o caráter fortemente normativo que assumem algumas versões do argumento, bem como apontar alguns limites que se apresentam para a análise a partir daí.

Um exemplo particularmente expressivo de crítica dos partidos políticos brasileiros a partir de um viés fortemente normativo é fornecido pela análise que Mainwaring faz

acerca deles. Segundo este autor, os partidos *catch-all* brasileiros¹ “são fracos; oficialmente seus organismos internos dispõem de amplos poderes, mas na prática, são pobres em recursos e pessoal; têm pouca função em campanhas eleitorais, fraca presença no Congresso, raramente se reúnem e são pouco profissionalizados” (2001: 180). O autor sugere que tais características se explicam fundamentalmente pelo individualismo dos políticos brasileiros e as lutas internas que se travam nos partidos². Em termos mais amplos, o autor caracteriza os arranjos institucionais brasileiros como particularmente hostis à manutenção de um governo democrático, uma vez que combina “partidos fracos, um sistema partidário frouxamente institucionalizado, um sistema partidário altamente fragmentado, que é polarizado no âmbito das elites, e presidencialismo” (1995: 392).

Ambos, o diagnóstico e o prognóstico apresentados por Mainwaring sobre o sistema partidário, os partidos políticos e a democracia no Brasil têm sido matizados por outros autores. Em alguns casos, eles dão contra de um quadro menos severo do que aquele apresentado por este autor. Carreirão e Kinzo (2004), por exemplo, indicam que, entre 1989 e 2002, a proporção de eleitores com preferência partidária oscilou em torno de 40 e 50% do total, o que, por certo, não é uma cifra das mais notáveis, mas tampouco é insignificante. Além disso, as taxas de identificação partidária dos principais partidos teriam conservado uma expressiva estabilidade ao longo do período. Do mesmo modo, diversos autores têm dado conta de que os partidos brasileiros apresentam um nível considerável de disciplina nas votações no plenário, bastante superiores àquele suposto pela afirmação de Mainwaring (Santos, 2002; Pereira & Mueller, 2003). Nicolau (1996) contesta a proposição de que o

¹ Cabe observar que o autor usa o conceito de “partidos *catch all*” de modo um tanto quanto impreciso, para designar partidos sem identidade ideológica claramente delimitada. Tal uso se afasta claramente da definição original que Kirchheimer dá ao termo, que tem em vista um conjunto bastante preciso de transformações, que teve lugar no âmbito de alguns países da Europa Ocidental, em um contexto de expansão do consumo de massa e apagamento das antigas fronteiras entre as classes sociais. Ao contrário de Mainwaring, Kirchheimer não se vale do termo *catch all* para sublinhar a oposição entre partidos com sólida identidade ideológica e partidos ideologicamente frouxos, mas para destacar a aproximação entre os partidos burgueses e os partidos de massa na disputa pelo crescentemente importante centro político.

² Tal explicação é pouco satisfatória, visto que Mainwaring não apresenta qualquer explicação para que os políticos brasileiros adotem tal comportamento, o que sugere que a crítica elaborada pelo autor é de cunho fundamentalmente moral. Tal impressão é reforçada diante de afirmações como a que se segue: “Dizer que os partidos *catch all* brasileiros têm um objetivo único é discutível porque os políticos não se orientam por interesses coletivos. A maioria se preocupa antes de qualquer coisa

alto nível de fragmentação partidária que caracteriza a situação brasileira, implique necessariamente em uma ameaça à democracia.

Para além do conteúdo específico das afirmações de Mainwaring,, é necessário considerar com a devida cautela alguns dos pressupostos que orientam a sua análise. Chama a atenção, em particular, o fato de os modelos teóricos utilizados pelo autor para dar conta dos partidos e do sistema partidário brasileiros terem sido desenvolvidos fundamentalmente para dar conta da realidade dos países da Europa Ocidental (Montero & Gunther, 2002) e apresentarem um forte caráter normativo (Daalder, 2002). Resulta daí que a análise julga o sistema partidário brasileiro pelo que ele não poderia ser, dadas as circunstâncias particulares do seu desenvolvimento histórico e, deste modo, deixa de considerá-lo efetivamente pelo que ele é.

Sistema Eleitoral e Sistema Partidário

Tem sido bastante recorrente a idéia de que o sistema eleitoral brasileiro constitui um elemento fundamental para explicar a fragilidade do sistema partidário brasileiro. Dois aspectos, em especial, têm sido destacados a este respeito: o sistema de representação proporcional com listas abertas e a adoção de distritos multinominais, alguns de grande magnitude.

O sistema de representação proporcional tem como objetivo garantir a maior correspondência possível entre a proporção de votos recebidos por um partido e a quantidade de cadeiras a que ele terá direito no parlamento. Na maior parte dos países que adotam sistemas de representação proporcional, a eleição opera através de um sistema de listas fechadas, no qual os votos dos eleitores determinam o número de vagas a que cada partido tem direito, mas cabe aos partidos, e não os eleitores, determinar quem irá ocupá-las. No sistema brasileiro de listas abertas o eleitor pode votar diretamente no candidato (ou alternativamente, na legenda) e os candidatos eleitos são aqueles que obtêm mais votos dentro do próprio partido, dentro do número de vagas conquistadas por ele (Ames, 2003). Tais normas estimulariam um comportamento eleitoral individualista, tanto por parte dos eleitores quanto dos candidatos. Os eleitores seriam estimulados a um voto personalista nos

com sua própria carreira política, de modo que é questionável falar da existência de um objetivo coletivo, quanto mais de um objetivo consensual” ((2001: 217).

candidatos, independentemente do seu partido. Os candidatos, por sua vez, seriam forçados a disputar as cadeiras em jogo não apenas com os candidatos dos partidos adversários, mas também com os do próprio partido (Ames, 2003; Mainwaring, 1995, 2001).

Essas tendências individualistas seriam reforçadas pela magnitude dos distritos eleitorais brasileiros – que, no caso das eleições para a Câmara dos Deputados, variam entre 8 e 70 representantes, e no caso das Assembleias Legislativas estaduais, entre 24 e 94 representantes. Em tais circunstâncias, o vínculo entre os eleitores e seus representantes se torna mais frágil e, ao mesmo tempo, o nível de competição entre os candidatos de um mesmo partido se torna maior.

É preciso alguma cautela para evitar tomar esse argumento de maneira demasiado determinista. Dizer que as regras do jogo estimulam um comportamento individualista por parte dos candidatos e eleitores não é o mesmo que afirmar que tais agentes políticos necessariamente ajam desta forma. Samuels (1997), por exemplo, sugere que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi capaz de institucionalizar a sua legenda de modo bastante eficiente e forjar laços sólidos entre seus representantes eleitos e destes com seus eleitores. Em particular, o partido fez do voto de legenda um instrumento central da sua estratégia eleitoral. Isto não quer dizer, é claro, que não exista uma disputa interna entre os candidatos de um mesmo partido. Esta disputa de fato ocorre, devido ao número determinado de candidatos eleitos. O que queremos mostrar é que a afirmação de que a disputa intra-partidária enfraquece o partido como ator político e como uma unidade institucional é simplista e não deve ser tomada como verdade sem uma prévia avaliação caso a caso.

Mídia Eletrônica e Partidos Políticos

Finalmente, tem sido freqüentemente sugerido que o papel central dos meios de comunicação eletrônicos na vida política atual se é inversamente proporcional à importância dos partidos políticos. No limite, este argumento aponta na direção de uma substituição dos partidos pelos meios de comunicação no tocante a algumas funções clássicas da vida política, particularmente a intermediação do contato entre os cidadãos e seus representantes no governo, e entre os candidatos e eleitores nas campanhas eleitorais. Esta situação foi descrita em diferentes termos, como a emergência de uma democracia de

público no lugar de uma democracia de partidos (Manin, 1995) ou como o advento de uma política centrada no candidato (Wattenberg, 1991).

Tais circunstâncias proveriam um terreno fértil para o desenvolvimento de formas individualistas de ação política, baseadas na construção de imagens para consumo público, produzidas com o auxílio de consultores profissionais, em detrimento de formas coletivistas de atuação, sustentadas pela atuação concreta das bases partidárias e pelo compromisso efetivo dos partidos com doutrinas políticas e/ou plataformas eleitorais específicas. Este processo se verificaria de forma particularmente intensa no Brasil, não apenas por conta da fragilidade histórica dos partidos brasileiros, mas em função das características fortemente *media centric* da sociedade brasileira, fortemente dependente da televisão (Lima, 1994).

Aqui também se faz necessária uma boa dose de cautela. Em primeiro lugar, quando considerado mais detidamente, o argumento da substituição é bem menos convincente do que parece à primeira vista. Mais do que descrever uma transformação efetiva da forma de se fazer política em alguma parte do mundo, ele reflete uma mudança no *foco privilegiado da análise*, o qual se deslocou dos países da Europa Ocidental (paradigmáticos do ponto de vista dos estudos sobre os partidos políticos) para os Estados Unidos (o modelo por excelência da profissionalização da atividade política). Além disso, ao focar a substituição de partidos pelos meios de comunicação de massa, ele impede a análise sobre os modos como eles coexistem no tempo (Albuquerque, 2005).

Especificamente no que diz respeito ao caso brasileiro, parece plausível que, pelo menos sob alguns aspectos, o uso dos meios de comunicação eletrônicos se converta em um fator de *fortalecimento* dos partidos políticos, e não o contrário. Isto é particularmente verdadeiro em relação à propaganda política na televisão. Afinal, é aos partidos, e não aos candidatos tomados individualmente, que a legislação eleitoral brasileira atribui tempo gratuito na televisão. Deste modo, os partidos se convertem em mediadores indispensáveis do acesso dos candidatos à televisão. Resta saber quais são as conseqüências concretas disto do ponto de vista das campanhas eleitorais e dos partidos políticos. Trata-se, em particular, de averiguar a pertinência do argumento de Schmitt, Carneiro e Kuschnir sobre o uso do HGPE como recurso para a construção de uma lista partidária informal.

Metodologia

Nossa análise tem por objeto o uso da propaganda política na televisão na campanha eleitoral de 2004 para vereador no município do Rio de Janeiro. Nesta ocasião 1.110 candidatos de 26 partidos disputaram as 50 vagas disponíveis para a Câmara de Vereadores local. A opção pela análise de uma eleição de âmbito municipal se fez em nome da simplicidade: o município fornece um distrito menor e mais coeso do que aquele que serve de base às eleições estaduais e federais (em ambos os casos as unidades federativas servem como distritos). A escolha da eleição de 2004 se justifica não apenas por se tratar do pleito mais recente, mas também pela grande disponibilidade de dados sobre o pleito, tanto no que diz respeito à votação – o TSE divulgou, em seu sítio, dados relativos à votação dos candidatos em cada uma das zonas eleitorais – quanto ao material veiculado no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na televisão – gentilmente cedido pelo Doxa/Iuperj.

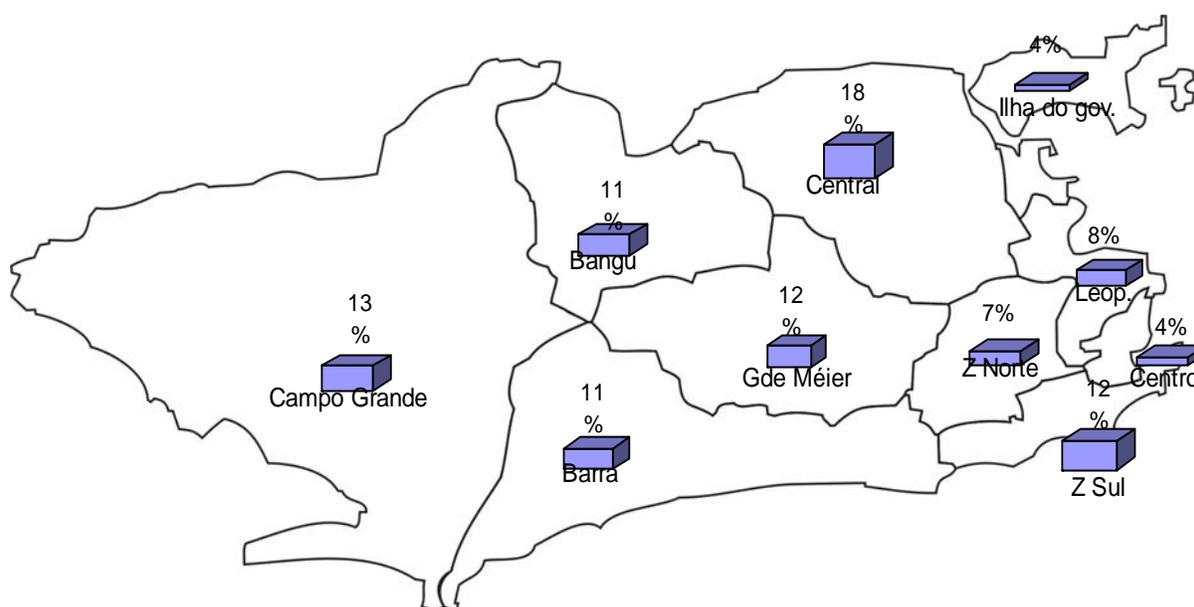
A análise empírica realizada no âmbito deste artigo tem por objetivo coletar e relacionar três tipos de dados, relativos a: 1) a distribuição espacial dos votos dos candidatos no município; 2) a correlação entre a quantidade de votos obtidos pelos candidatos e a distribuição do tempo no HGPE, independentemente do partido político dos candidatos; 3) a distribuição do tempo no HGPE entre os candidatos de um mesmo partido e a sua ordem de votação no interior do partido.

A análise da distribuição espacial da votação dos candidatos visa verificar o equilíbrio dos votos dos candidatos em diferentes regiões do município. As unidades de análise adotadas foram as subprefeituras em que a cidade foi dividida em 1993.. As dez subprefeituras então existentes eram as seguintes: 1) Centro; 2) Zona Sul; 3) Zona Norte; 4) Grande Méier; 5) Leopoldina; 6) Ilha do Governador; 7) Central; 8) Barra; 9) Bangu; e 10) Campo Grande. Como regra geral, verificou-se uma expressiva correspondência entre as áreas compreendidas pelas subprefeituras e pelas zonas eleitorais. Apenas 8 de um total de 96 zonas eleitorais abrangiam bairros pertencentes a diferentes subprefeituras. Nestes casos, procurou-se identificar, com base na lista dos locais de votação, qual a subprefeitura dominante na composição de cada zona eleitoral.

Pudemos, assim, elaborar um quadro aproximado do peso relativo de cada subprefeitura no eleitorado do município. Centro e Ilha do Governador são as subprefeituras que apresentam menor número de eleitores (cada uma delas corresponde a

aproximadamente 4% do eleitorado do município), enquanto a subprefeitura Central apresenta a maior quantidade de eleitores (cerca de 18%). As demais subprefeituras correspondem a algo entre 7% e 13% do total de eleitores (Tabela 1). Embora tais cifras estejam longe de configurar uma distribuição equilibrada, pode-se dizer, ao menos, que são da mesma escala de magnitude. A criação de novas subprefeituras – tais como a do Complexo do Alemão, Complexo da Maré, a subdivisão da Zona Sul – mudou este quadro e levou a que o vínculo entre as subprefeituras e as zonas eleitorais se tornasse mais frágil, daí a opção pelas subprefeituras originais.

Tabela 1



CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA POR ZONA										
Centro	Zona Sul	Zona Norte	Grande Méier	Leop.	Ilha do Gov.	Central	Barra	Bangu	Campo Grande	TOTAL
4%	12%	7%	12%	8%	4%	18%	11%	11%	13%	100%

Em uma situação de perfeito equilíbrio, a proporção dos votos obtidos por um candidato em cada subprefeitura seria idêntica ao peso desta no eleitorado do município: 4% no Centro, 12% na Zona Sul, 7% na Zona Norte, etc. Contudo, seria pouco sensato esperar que o perfil de votação dos candidatos refletisse exatamente estes valores. Assim, temos que trabalhar com critérios aproximativos na análise do equilíbrio na distribuição de

votos. O critério que adotamos aqui é consideravelmente elástico: consideramos como a votação de uma subprefeitura relativamente equilibrada quando ela se situa no intervalo entre a metade e o dobro do seu peso no eleitorado total do município. Assim, por exemplo, um candidato será considerado como tendo uma votação relativamente equilibrada na Zona Sul, quando a proporção de votos por ele obtida nesta subprefeitura corresponder a algo entre 6% e 24% do total de votos por ele obtido.

Estes dados dizem respeito a uma medida de equilíbrio relativa *a cada subprefeitura*, tomada individualmente. Nossa análise, contudo, diz respeito à distribuição dos votos de um candidato ao longo de todo o município, isto é, através de todo o *conjunto das subprefeituras*. Assim, estabelecemos 3 faixas de distribuição dos votos, às quais denominamos votação equilibrada, votação desequilibrada e votação concentrada. A votação *equilibrada* se caracteriza quando, em até duas subprefeituras, a votação de um candidato se situa fora das margens que definem o equilíbrio. Quando isto acontece em entre três e cinco subprefeituras, o perfil de votação do candidato se caracteriza como *desequilibrado*, e quando ocorre em mais de cinco subprefeituras o perfil de votação do candidato se caracteriza como *concentrado*. Acreditamos que uma forte influência do HGPE na votação de um candidato é bastante plausível no caso de uma distribuição *equilibrada* dos votos, menos provável no caso de votação *desequilibrada* e bastante improvável no caso de uma votação *concentrada*.

Obviamente, a análise da distribuição dos votos não conta toda a história. É bem verdade que ela permite, com alguma segurança, afastar a possibilidade de que um candidato com perfil de votação concentrado tenha sido eleito primordialmente com base na influência do HGPE. Contudo, o mesmo não ocorre com o caso inverso. Um perfil de votação equilibrado não é necessariamente um produto da influência do HGPE. Para que tal inferência possa ser levantada, é preciso que exista uma correlação significativa entre a quantidade de votos obtida por um candidato e a exposição do candidato no HGPE.

A exposição do candidato no HGPE foi classificada tendo em vista o seu tempo médio por programa. Para fins de análise, distinguimos 5 níveis de exposição. Uma exposição forte é caracterizada por uma exposição média de 20 segundos ou mais por programa; a exposição média é situada no intervalo compreendido entre 10 e 20 segundos; a pequena exposição se situa entre 5 e 10 segundos médios por programa, e abaixo disto

teríamos uma exposição inexpressiva. O quinto nível é constituído pelos candidatos que não tiveram acesso ao HGPE.

A hipótese de uma influência significativa do HGPE na votação dos candidatos seria favorecida caso ficasse comprovado que os candidatos mais votados das eleições tivessem, tendencialmente, maior exposição no HGPE. Ainda assim, tais dados não seriam conclusivos: seria necessário cotejá-los com a distribuição espacial dos votos. Assim, uma forte evidência de influência significativa do HGPE somente aconteceria no caso de candidatos cuja votação expressiva coincidissem com um nível significativo de exposição no HGPE, seja na forma do tempo médio ou da frequência e cujo perfil de distribuição de votos no município fosse relativamente equilibrado.

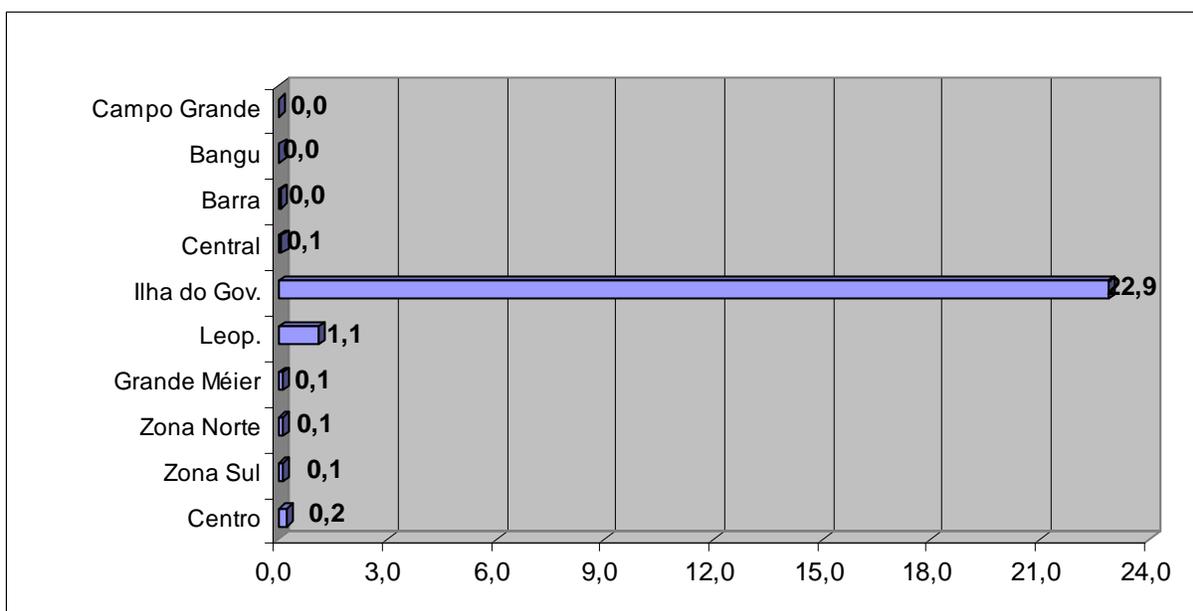
O terceiro conjunto de dados tem por objeto a correlação entre a votação dos candidatos e o grau de sua exposição no HGPE, considerado de uma perspectiva intrapartidária. Os parâmetros de avaliação são os mesmos utilizados no item anterior, mas sua ordenação leva em conta as listas de candidatos de cada partido em particular, e não do conjunto dos candidatos. Os partidos escolhidos para a análise foram os seguintes: PFL, PSDB, PT, PMDB, PL, PP, PTB, PPS e PDT.

Distribuição dos Votos

A análise da distribuição dos votos dos candidatos no município permitiu identificar exemplos dos três padrões de distribuição de voto a que nos referimos mais acima. Um exemplo extremo do perfil concentrado é oferecido pela votação do candidato Jorge Pereira, do PT do B. Dentre as 10 subprefeituras, a sua votação ficou fora dos parâmetros que definem o equilíbrio para a nossa análise em 9. De fato, 84% dos votos obtidos pelo candidato foram conquistados na subprefeitura da Ilha do Governador. Este é o maior percentual de concentração de votos em uma única subprefeitura dentre todos os vereadores eleitos. É bem verdade que um número considerável de outros candidatos atingiu índices de concentração próximos aos de Jorge Pereira. A candidata Lucinha, do PSDB, por exemplo, obteve 81% dos seus votos na subprefeitura de Campo Grande, Nadinho de Rio das Pedras conquistou 77% dos seus votos na subprefeitura da Barra e Leila do Flamengo obteve 82%

dos seus votos na Zona Sul ³. De fato, dentre os 50 vereadores eleitos, 14 conquistaram pelo menos dois terços dos seus votos na região correspondente a uma única subprefeitura. O que mais chama a atenção no caso de Jorge Pereira, é que sua votação é fortemente concentrada em uma das subprefeituras com menor número de eleitores (4% do eleitorado do município). Dito de outro modo, o peso da subprefeitura da Ilha do Governador é 22 vezes maior no perfil de votação do candidato do que no município do Rio de Janeiro. Por outro lado, a sua votação é quase nula em um grande número de subprefeituras.

Tabela 2: Jorge Pereira
Peso relativo das subprefeituras na votação do candidato

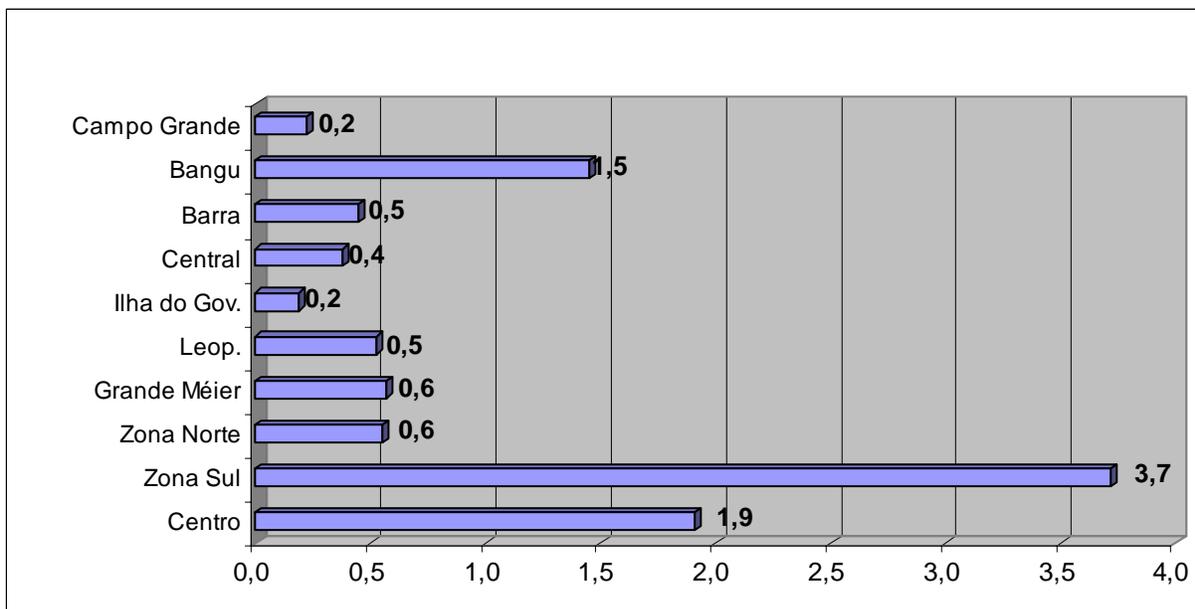


A votação da vereadora Liliam Sá (PL) fornece um exemplo de votação desequilibrada. Em quatro subprefeituras, a sua votação ficou fora dos parâmetros que definem o equilíbrio. Em um caso, isto acontece para cima: a Zona Sul, com cerca de 12% dos eleitores, respondeu a 37% dos votos da candidata. Isto significa que o peso da subprefeitura na cartela de votação da candidata é aproximadamente o triplo que a subprefeitura tem no município. Nos outros três casos, a votação foi inferior aos parâmetros

³ A importância da base local para estes dois últimos candidatos é tão evidente que se reflete na própria escolha do nome com o qual eles registraram as suas candidaturas.

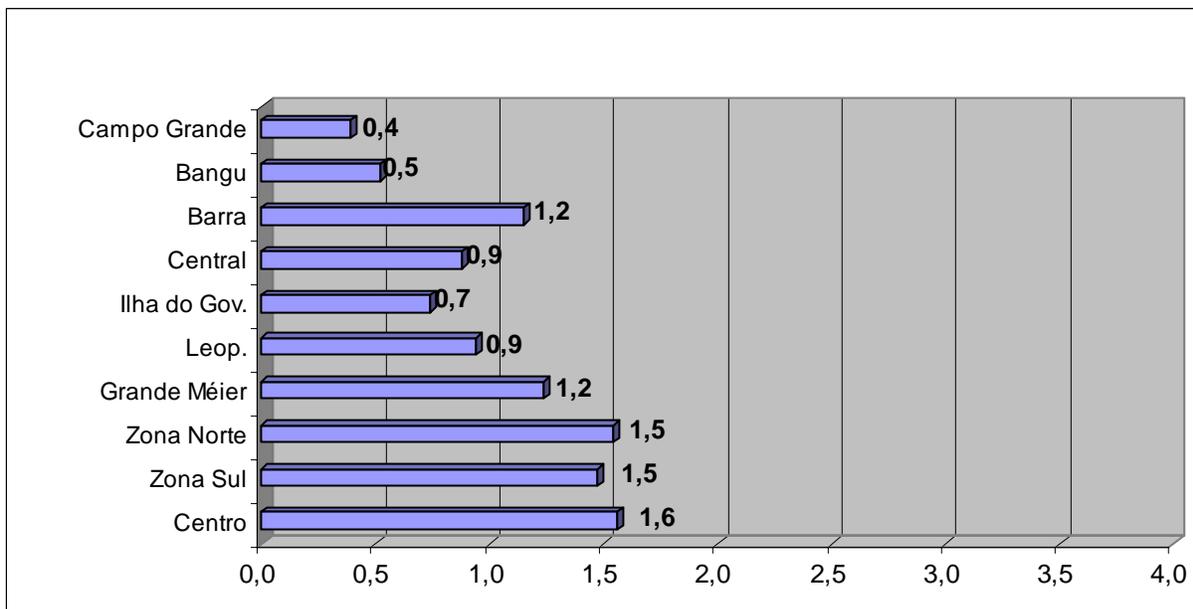
mínimos do equilíbrio: na região Central, a votação da candidata correspondeu a cerca de 40 % do peso da subprefeitura no eleitorado do município e na Ilha do Governador e em Campo Grande este índice foi de aproximadamente 20%. (tabela 3)

Tabela 3 – Liliam Sá
Peso relativo das Subprefeituras na votação do candidato



Finalmente, Edson Santos, do PT, apresenta um caso de votação equilibrada. Sua votação ficou dentro da faixa de equilíbrio em 9 das 10 subprefeituras. A subprefeitura de maior peso relativo na cartela de votação do candidato é o Centro, no qual ele obteve pouco mais de 6% dos seus votos: ele é cerca de 60% superior ao peso que da subprefeitura no eleitorado do município. A única subprefeitura na qual a votação do candidato escapou aos parâmetros que definem uma votação equilibrada foi Campo Grande. O candidato obteve, aí, 5 % dos seus votos totais, o que configura um índice relativo de 40% em relação à participação da subprefeitura no eleitorado (tabela 4).

Tabela 4 – Édson Santos
 Curva de distribuição dos votos dos candidatos x
 Peso relativo das subprefeituras



A análise da distribuição dos votos dos candidatos pelo município indica uma predominância de um perfil de votação concentrado entre os candidatos a vereador do Rio de Janeiro. Este perfil corresponde a 28 dentre os 50 vereadores eleitos (56% do total). Outros 14 vereadores (28%) tiveram um perfil de votação desequilibrado e 8 apresentaram um perfil equilibrado (16%). Tais dados evidenciam que o HGPE não exerce uma influência determinante no sucesso eleitoral na maioria dos casos.

Entre os vereadores mais votados, o perfil de concentração de votos é ainda mais pronunciado que entre o conjunto dos eleitos. Entre os dez vereadores mais votados, sete tiveram uma votação concentrada, dois, votação desequilibrada e apenas um teve um perfil equilibrado. Estas proporções se mantêm praticamente constantes no conjunto dos vinte mais votados (treze tiveram votação concentrada, quatro desequilibrada e três equilibrada).

Em seu conjunto, os dados relativos ao perfil de distribuição dos votos dos candidatos indicam que, como regra geral, o HGPE não desempenhou um papel de relevo na obtenção de votos pelos candidatos a vereador do Rio de Janeiro. O alto índice de concentração dos votos dos candidatos eleitos (e particularmente dos mais votados entre

eles) indica que o esforço de campanha tradicional permanece muito mais importante para a eleição dos vereadores do que o uso da televisão.

A Exposição dos Candidatos no HGPE

O segundo conjunto de evidências que analisamos aqui se refere ao cruzamento dos dados relativos à quantidade de tempo a que cada candidato teve direito no HGPE e a quantidade de votos por ele obtida nas urnas.

À primeira vista, elas parecem sugerir um vínculo significativo entre os dois tipos de dados. Dentre os 1110 candidatos que concorreram às eleições, 977 obtiveram algum tempo na televisão, e 133, não. Todos os 50 vereadores eleitos obtiveram tempo na televisão. Dentre os 50 candidatos que obtiveram maior tempo na televisão, metade foi eleita. A proporção de eleitos sobe para 60% entre os 20 candidatos que obtiveram mais tempo na televisão. Entre os 10 candidatos com mais tempo na televisão, nada menos do que 8 foram eleitos. Seriam tais dados uma evidência da eficácia eleitoral do HGPE?

É preciso cautela antes de subscrever tal interpretação. Para começar, as regras eleitorais brasileiras tornam possível que a lista dos candidatos eleitos apresente divergências importantes em relação à dos candidatos mais votados. As vagas na Câmara são distribuídas em primeiro lugar para os partidos (ou para as coalizões de partidos) tendo em vista o somatório de todos os votos atribuídos aos seus candidatos e à(s) legenda(s). Para obter a sua vaga, é necessário primeiro que um partido atinja o quociente eleitoral. Caso isto não aconteça, o candidato não será eleito, mesmo que a sua votação individual seja significativa. Cyro Garcia, por exemplo, obteve a 50ª maior votação individual dentre os candidatos a vereadores, com 16.122 votos, mas não foi eleito porque o seu partido falhou em obter o quociente eleitoral. No extremo oposto, a candidata Srta Suely, foi eleita apesar de ter obtido apenas 6.827 votos, impulsionada pelo grande número de votos de legenda recebidos pelo seu partido, o PRONA.

O caso de Srta Suely ilustra ainda um segundo problema. É tremendamente difícil avaliar o impacto do HGPE no que concerne ao voto de legenda. De fato, ela foi a candidata que obteve, com folga, a maior quantidade de tempo na televisão: 1.407 segundos no total, numa média de 38 segundos por programa (o segundo candidato com mais tempo na televisão foi Fernando Gusmão, do PCdoB obteve 1.048 segundos no total). O resultado

das eleições indica, porém, que se o HGPE teve algum impacto positivo na sua eleição, este se deu antes por vias indiretas (voto de legenda) do que pelo apoio direto ao seu nome.

Um terceiro problema que a justaposição das listas de vereadores eleitos e candidatos contemplados com mais tempo no HGPE esconde se refere à significância da diferença entre a quantidade de tempo obtida pelos diversos candidatos. É muito fácil apontar que alguns candidatos obtiveram mais tempo que seus adversários, mas o quanto esta diferença é significativa? Ter mais tempo significa ter tempo o suficiente para ser notado pelo público? Aparecer na televisão significa necessariamente obter algum tipo de destaque?

A princípio, as condições gerais da campanha no HGPE não parecem particularmente favoráveis para que um candidato se destaque: afinal, nada menos do que 977 candidatos obtiveram algum acesso à televisão durante a campanha. Destes, 8 obtiveram uma média superior a 20 segundos por programa, 11 obtiveram entre 10 a 20 segundos e 62 obtiveram entre 5 e 10 segundos. Os demais 896 candidatos contaram com menos de 5 segundos por programa. Para fins práticos, consideramos o primeiro grupo de candidatos como tendo muito destaque no HGPE, o segundo tempo como tendo um médio destaque, o terceiro grupo como obtendo um pequeno destaque e o quarto grupo como não obtendo destaque algum. Optamos por analisar detalhadamente o desempenho dos candidatos dos dois primeiros grupos, para verificar a eficácia relativa do HGPE como fator de eficácia eleitoral.

Tabela 5 – Candidatos com Muito Destaque no HGPE

Candidato	Partido	Tempo Médio	Votação	Resultado
Srta Suely	PRONA	38 s	6.827	Eleita em 50º
Fernando Gusmão	PCdoB	28,3 s	36.434	Eleito em 8º
Cristiane Brasil	PTB	28,3 s	13.315	Eleita em 45º
Lucinha	PSDB	26,4 s	67.073	Eleita em 2º
Édson Santos	PT	25,3 s	44.585	Eleito em 4º
Luiz Carlos Ramos	PSDB	21,2 s	24.102	Eleito em 22º
Luiz Antônio Guaraná	PSDB	20,7 s	21.009	Eleito em 32º
Cyro Garcia	PSTU	20,6 s	16.122	Não eleito

Os dados não fornecem evidências conclusivas da eficácia do HGPE entre os candidatos de grande destaque no HGPE. Dos 8 candidatos que se enquadram nesta

categoria, apenas 3 se situaram entre os 10 mais bem colocados nas eleições. Merece registro que Lucinha, a candidata mais bem colocada entre eles, apresenta um perfil de votos extremamente concentrado, o que sugere que o HGPE não teve um papel decisivo na sua eleição.

Tabela 6 – Candidatos com Destaque Médio no HGPE

Candidato	Partido	Tempo Médio	Votação	Resultado
Ricardo Maranhão	PSB	19,4 s	9.005	não eleito
Brizola Neto	PDT	15,8 s	24.198	Eleito em 21 ^o
Eliomar Coelho	PT	14,1 s	18.296	Eleito em 37 ^o
Adilson Pires	PT	13,9 s	9.995	não eleito
Edimilson Dias	PT	13,1 s	9.023	não eleito
Jorge Babú	PT	13 s	24.532	Eleito em 19 ^o
Eliane Cunha	PRP	12,7 s	248	não eleito
Pedro Porfírio	PDT	11,8 s	13.924	não eleito
Didier Pereira	PCO	11,8 s	****	Registro Negado
Eraldo Macedo	PRP	11,4 s	10.083	não eleito
Liliam Sá	PL	10,6 s	24.282	Eleito em 20 ^o

A correlação entre os candidatos de destaque médio e o número de votos obtidos é ainda menos expressiva. Apenas 4 dentre os 10 candidatos que efetivamente concorreram às eleições – Didier Pereira, do PCO, teve o seu registro negado pela Justiça Eleitoral antes das eleições – foram eleitos, nenhum deles com uma votação expressiva (o mais bem colocado deles ocupou a 21^a posição). Merece destaque ainda a pífia votação obtida por Eliane Cunha, em contraste com o tempo relativamente generoso de exposição que ela obteve.

Quando consideramos as duas faixas conjuntamente, constatamos que apenas 11 dos vereadores eleitos tiveram grande ou média exposição no HGPE. Dentre os demais, 25 se situaram na faixa que identificamos como de pequeno destaque. É nesta faixa que encontramos a maioria dos vereadores que obtiveram votações expressivas: 6 entre os 10 vereadores que lideraram a votação e 16 entre os 25 mais bem votados. Outros 14 vereadores se localizaram na faixa de destaque algum.

O conjunto dos dados apresentados sugere que o impacto eleitoral do HGPE sobre as eleições parlamentares é bastante limitado. Naturalmente, é possível identificar evidências desta influência em um ou outro caso isolado. É o caso, por exemplo, de Edson

Santos um candidato que obteve grande destaque nos programas do HGPE (foi o quinto candidato com mais tempo na televisão) e garantiu uma votação considerável (foi o quarto candidato mais votado) e, sobretudo, bem distribuída ao longo de todo o território do município. Esta, porém, é a exceção, e não a regra. O fato de os candidatos mais votados no município do Rio de Janeiro terem obtido, em sua enorme maioria, um reduzido destaque por parte dos programas do HGPE sugere que sua presença nestes programas reflete cálculos cuja lógica é fundamentalmente partidária, antes que eleitoral.

Distribuição do Tempo e Resultado Eleitoral: uma Perspectiva Intra-Partidária

O terceiro conjunto de dados que analisamos aqui toma por base a distribuição do tempo entre os candidatos no *interior dos partidos políticos*. Trata-se, em primeiro lugar, de tentar identificar alguns traços básicos das estratégias dos partidos políticos no que concerne à distribuição do tempo entre seus candidatos e, em segundo lugar, de verificar se existe alguma correlação entre a quantidade de tempo obtida por candidato e por sua ordem de votação dentro do partido.

Para começar, analisaremos os casos do PFL e do PMDB, dois partidos que dispuseram de uma quantidade razoável de tempo no HGPE e que adotaram estratégias semelhantes na distribuição do tempo entre seus candidatos. O PFL teve 65 candidatos a vereador na eleição de 2004, dos quais apenas um não contou com tempo na televisão; no PMDB, foram 60 os candidatos, três dos quais não obtiveram tempo no HGPE. Em ambos os casos, verifica-se uma distribuição relativamente equilibrada do tempo entre os candidatos. Grosso modo, podemos identificar dois grupos de candidatos: um com *pequeno* destaque na distribuição do tempo no HGPE e outro, com *nenhum* destaque. Nos dois partidos, o grupo com pequeno destaque respondeu por um pouco menos de um terço do total dos candidatos com acesso à televisão (19 em 64, no PFL e 16 em 57 no PMDB). Todos os demais tiveram direito, em média, a menos de 5 segundos por programa⁴.

⁴ É importante deixar claro que estamos lidando com um valor médio, o que pode encobrir algumas diferenças significativas nas estratégias de apresentação dos candidatos. Dentre os candidatos que classificamos na categoria “nenhum destaque”, alguns efetivamente apareceram muito pouco nos programas. Outros apareceram em poucas ocasiões, mas quando isto ocorreu, contaram com um tempo de exposição razoável

Não obstante as estratégias tenham sido semelhantes, os dois partidos se diferenciaram nitidamente nos seus desempenhos eleitorais: enquanto o PFL conseguiu eleger 14 vereadores, o PMDB elegeu apenas 6. Todos os vereadores eleitos pelo PMDB se encontram na faixa de pequeno destaque. Destes, o que mais obteve tempo foi Silvio Ferraz, com uma média de 7,9 segundos por dia e o que menos obteve foi Bispo Jorge Braz, com 5,2 segundos em média. Dentre os vereadores do PFL, todos menos um – Nadinho de Rio das Pedras, que obteve uma média diária de 3,4 segundos – se situaram na faixa de pequeno destaque. Ou seja, 13, dentre os 19 vereadores da faixa de pequeno destaque do PFL foram eleitos. Dentro da faixa, o candidato do PFL que obteve mais tempo foi Alexandre Cerruti, com 8,6 segundos por programa e o que obteve menos foi Silvia Pontes, com 5,2 segundos. É importante ter em vista que, dentro desta faixa, a maioria dos candidatos que não foi eleita obteve votações expressivas. Os 21.863 votos de Argemiro Pimentel, do PMDB e os 18.620 votos de Cláudio Cavalcanti do PFL teriam assegurado a sua eleição caso eles tivessem disputado a eleição por outras legendas.

Grandes rivais da política nacional à época e nos dias de hoje, o PT e o PSDB recorreram a estratégias eleitorais parecidas. O PT apresentou 63 candidatos, dos quais apenas um não obteve espaço no HGPE; no PSDB foram 70 candidatos, dos quais 3 ficaram de fora do HGPE. Ao contrário do que aconteceu com o PMDB e o PFL, a divisão do tempo nos dois partidos aponta para uma forte estratificação. No PT, Édson Santos ocupou sozinho a faixa de grande exposição no HGPE, com uma média de 24 segundos por programa, 4 candidatos ocuparam a faixa de média exposição (indo de 13 a 14 segundos por programa) e 10 outros ocuparam a faixa de pequena exposição (com algo um tempo médio entre 8,7 e 9,5 segundos). Dentre os demais candidatos, nenhum chegou a atingir um tempo médio de 2 segundos por programa ⁵. No PSDB, 3 candidatos obtiveram grande exposição no HGPE: Lucinha (26,4 segundos por programa em média); Luiz Carlos Ramos (21,3 segundos por programa) e Luiz Antônio Guaraná (20,7). Nenhum candidato obteve média exposição e 4 tiveram pequena exposição, com um tempo médio por programa situado entre 6,4 e 7,0 segundos. Os demais obtiveram exposição inexpressiva. Os

⁵ No caso do PT, a ordem de apresentação dos candidatos no programa reproduziu fielmente a hierarquia relativa à divisão do tempo na televisão. Como regra, Edson Santos abria os programas, seguido pelos candidatos da faixa de média exposição. O último bloco era ocupado pelos candidatos da faixa de exposição pequena ou insignificante.

resultados obtidos na votação foram, igualmente, semelhantes. O PT elegeu 3 vereadores e o PSDB, 4. Nos dois partidos, todos os candidatos com grande exposição no HGPE se elegeram. Os demais vereadores eleitos se situam na faixa de exposição imediatamente inferior (dois vereadores com média exposição no PT e uma com pequena exposição no PSDB).

Os demais partidos contavam com um tempo consideravelmente menor do que os “quatro grandes” da política nacional. Dentre os partidos que analisamos, o PTB foi o que adotou a estratégia mais radical de distinção na distribuição do tempo no HGPE. Cristiane Brasil, filha do líder do partido no Rio de Janeiro na época, deputado federal Roberto Jefferson (que participou diretamente da campanha da filha no HGPE) obteve uma média de 28,3 segundos por programa no HGPE (a terceira maior exposição entre todos os candidatos nas eleições de 2004). Dois outros candidatos (Charbel e Renato Moura) tiveram uma pequena exposição e os demais receberam uma exposição insignificante. Cristiane Brasil foi eleita (com 13.315 votos), mas o vereador mais votado do partido foi Renato Moura (14.419 votos) cujo tempo médio por programa foi de apenas 5,2 segundos.

PL, PP e PPS adotaram estratégia semelhante à usada pelo PFL e pelo PMDB, dividindo o tempo em duas faixas próximas (pouco e nenhum destaque). Contudo, dado que esses partidos dispunham de muito menos tempo, a faixa superior foi ocupada por apenas um ou dois candidatos. No PL e no PPS, o único candidato da faixa foi eleito. No PP, dois candidatos ocuparam a faixa de pouco destaque, dos quais apenas um foi eleito. Um segundo candidato, que obteve destaque inexpressivo no HGPE, também foi eleito.

Finalmente, o PDT apresenta um padrão ligeiramente diferente dos demais: dois candidatos se destacam na faixa de média exposição: Brizola Neto, com 15,7 segundos e Pedro Porfírio, com 11,8 segundos por programas em média. Um candidato ocupou sozinho a faixa da pequena exposição, com 5,8 segundos. Os demais 64 candidatos que tiveram tempo no HGPE obtiveram uma exposição irrisória. Além de Brizola Neto, dois outros candidatos foram eleitos, ambos na faixa da exposição inexpressiva: Sami Jorge teve direito a 1,8 segundos por programas, na média e Nereide Portugal obteve apenas 0,4 segundos por dia.

Os dados indicam que a ordem de votação dos candidatos acompanha, grosso modo, a distribuição do tempo no HGPE dentro do partido. Seria esta uma evidência de um tal

impacto eleitoral do HPGE que permitiria supor, como o fazem Schmitt et alii, a existência de uma “lista partidária informal”? Se considerássemos exclusivamente os dados de partidos que, como o PT, o PSDB e o PTB, adotaram estratégias fortemente estratificadas de distribuição do tempo na televisão, talvez ficássemos tentados a imaginar que sim. Afinal estes partidos privilegiaram fortemente alguns candidatos em detrimento de outros e, tendencialmente, os candidatos privilegiados (com grande ou média exposição) foram eleitos ou, pelo menos, mais bem votados. A observação dos dados relativos ao PFL, ao PMDB e a outros partidos que adotaram estratégias semelhantes, contudo, nos obriga a ter mais cautela. Aqui também a desigualdade na distribuição do tempo no HGPE correspondeu fortemente ao desempenho eleitoral dos candidatos. Porém, trata-se de uma desigualdade muito pouco expressiva (entre candidatos com exposição *pequena* e candidatos com exposição *insignificante*) para que se possa imaginar que ela tenha produzido performances eleitorais tão distintas entre os candidatos. Parece mais razoável imaginar, portanto, que a distribuição do tempo no HGPE acompanha a correlação de forças dentro dos partidos políticos e que esta, mais do que a distribuição do tempo no HGPE explica a diferença na votação dos candidatos.

Conclusão

Este artigo procurou examinar a hipótese, apresentada por Schmitt et alii, de que o HGPE se constitui como um recurso através do qual os partidos organizam “listas partidárias informais”. Argumentamos que esta proposição pressupõe pelo menos três afirmações: 1) que os partidos distribuem desigualmente o seu tempo no HGPE entre os candidatos; 2) que o HGPE tem um impacto substantivo sobre o voto em eleições proporcionais; 3) que uma distribuição desigual do tempo no HGPE pode se traduzir, portanto, em uma votação diferenciada para candidatos de um mesmo partido.

Nossa análise indicou que os partidos de fato distribuem desigualmente o tempo entre seus candidatos, embora se valham de estratégias muito diferentes para tal. Em alguns casos, um pequeno número de candidatos (ou mesmo apenas um candidato) é grandemente privilegiado em detrimento de todos os demais, em outros, a distinção é menos acentuada, visto que todos os candidatos se situam nas faixas de pouco destaque ou de destaque algum.

Por outro lado, a proposição de que o HGPE tem impacto efetivo sobre a votação parece bastante frágil, à luz das evidências que examinamos. Para começar, o perfil de distribuição de votos dos candidatos sugere que a maioria deles foi eleita com base em um esforço de campanha local, antes que como consequência da influência da televisão. A comparação do grau de destaque dos candidatos no HGPE com a votação por eles obtida tampouco traz evidências sólidas do impacto da propaganda política na televisão na campanha para vereador. Chama a atenção o fato de os candidatos mais votados *não ocuparem*, em sua maioria, as faixas de grande e de médio destaque, mas se concentrarem principalmente na faixa de pequeno destaque na distribuição do tempo no HGPE.

Em seu conjunto, as evidências nos obrigam a rever – ou pelo menos a modular – a proposição de que a distribuição do tempo no HGPE atende primariamente a uma estratégia eleitoral por parte dos partidos. É bem verdade que o peso do cálculo eleitoral parece maior em alguns partidos do que em outros: maior no caso de partidos como o PT e o PSDB, que adotaram estratégias baseadas em “puxadores de votos” do que em partidos como o PMDB e o PFL, que pulverizaram o tempo entre diversos candidatos, de tal modo que nenhum deles chegou sequer a ter um destaque “médio” no HGPE. Ainda assim, mesmo no caso do PT e do PSDB, a explicação sobre o caráter eleitoral da escolha parece ter fôlego curto, pois, a rigor, a estratégia de puxadores de votos não funcionou: para puxar votos, os candidatos teriam que ter obtido uma votação consideravelmente superior ao quociente eleitoral, o que só aconteceu no caso de Lucinha, do PSDB. Contudo, o caráter fortemente concentrado dos votos da candidata sugere que o HGPE desempenhou um papel de pouco relevo na sua votação.

Sugerimos, então, que é preciso mudar o foco de análise sobre as estratégias dos partidos no que concerne à divisão do tempo no HGPE entre seus candidatos. Mais do que refletir uma estratégia eleitoral consistente e unificada dos partidos políticos, a distribuição do tempo entre os candidatos às eleições proporcionais resulta de um arranjo, que visa conciliar os interesses das facções e lideranças políticas dos partidos políticos. Garantir a ordem intra-partidária constitui, assim, um objetivo primário da distribuição do tempo entre os candidatos, tanto ou mais do que conquistar os votos do eleitorado.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso (2005). Política partidária e política midiática: substituição ou coexistência? *Contemporânea* 3 (1): 9-37.
- AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- CARREIRÃO, Yan & Maria D'Alva G. Kinzo (2004). Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil. *Dados* 47 (1): 131-168
- DAALDER, Hans (2002). Parties: Denied, Dismissed, or Redundant? A Critique. In José Ramón Montero; Richard Gunther & Juan J. Linz. *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. New York; Oxford: Oxford University Press, p. 39-57.
- KIRCHHEIMER, Otto (1969). The Transformation of the Western European Party System. In Frederic S. Burin & Kurt Shell (eds.) *Politics, Law, and Social Change: Selected Essays of Otto Kirchheimer*. New York & London: Columbia University Press, p. 346-371.
- LIMA, Venício A. de (1994). “Televisão e poder: a hipótese do ‘cenário de representação da política’ (CR-P)” *Comunicação & política*, n.s., Vol. 1, nº 1, p. 5-22.
- MAINWARING, Scott (1995). Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy. In Scott Mainwaring & Timothy R. Scully. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV Editora.
- MANIN, Bernard (1995). As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29: 5-34.
- MONTERO, José Ramón & Richard Gunther (2002). Introduction: Reviewing and Reassessing Parties. In José Ramón Montero; Richard Gunther & Juan J. Linz. *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. New York; Oxford: Oxford University Press, p. 1-35.
- NICOLAU, Jairo (1996). *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- PEREIRA, Carlos e Bernardo Mueller (2003). Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Política. *Dados* 46 (4): 735-771.
- SAMUELS, David. (1997). “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, 40 (3): 493-533.
- SANTOS, Fabiano (2002). Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Dados* 45 (2): 237-264.
- SCHMITT, Rogério, Leandro Piquet Carneiro & Karina Kuschnir (1999). Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais. *Dados*. Rio de Janeiro, 42 (2): 277-297.
- WATTENBERG, Martin (1991). *The Rise of the Candidate Centered Politics*. Cambridge; London: Harvard University Press